

Assunto	Renúncia Fiscal
ETAPA DE ENSINO: Ensino Médio 1º ao 3º Ano	(MS.EMIFCHS03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias. (MS.EM13LGG303) Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas. (MS.EM13LP305) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.
Componente Curricular/Disciplina:	Ciências Humanas e Sociais Língua Portuguesa

1- Analise o estudo de caso fictício apresentado abaixo sobre renúncia fiscal e crie uma consulta pública ou audiência pública onde:

- a- Uma equipe defende a empresa, ela deve continuar com as suas atividades. (Aqui os estudantes podem abordar os prós da empresa de continuar suas atividades e manter o benefício da Renúncia Fiscal.
- b- A outra equipe **contrapõe à defesa da** empresa de manter esse benefício fiscal, demonstrando que a contrapartida da empresa que não foram cumpridas, e que a empresa doravante recolha os impostos compondo a economia do país.
- c- Após as argumentações da defesa e dos contra, as duas equipes podem sugerir um acordo para que a empresa continue com as portas abertas, ou a propositura uma legislação mais rigorosa para obtenção dos benefícios fiscais ou uma medida radical.

Existem instrumentos legais para as empresas brasileiras receberem incentivos fiscais, ou seja, seus impostos são abatidos pelo governo para alavancarem seus negócios, e com o seu sucesso financeiro responder positivamente aos interesses públicos e por meio de uma contrapartida. Essa contrapartida pode ser oferecida na forma de serviço, materiais para educação, mãos de obra, equipamentos de informática, dentre outras ofertas, dependendo do combinado entre as partes envolvidas seladas por um contrato ou convênio

(empresa/governo). Sabendo disso, analisaremos uma empresa brasileira que recebeu do governo federal incentivos fiscais por meio da diminuição da alíquota de imposto de seus produtos para promover o aquecimento de seus negócios e por conta disso, oferecer mais empregos ao mercado de trabalho, ou seja, sua contrapartida mediante a expansão dos seus negócios, seria oferecer mais vagas de empregos. No entanto, descobriu-se que isso não aconteceu. Foram identificados contratos falsos de incentivos comerciais, criados apenas para melhorar o resultado da empresa sem que efetivamente tivesse criado empregos de verdade. A soma total desses contratos era de milhões e entravam como redutores de custo mediante empregos criados pela empresa, mas na realidade não existiam. A empresa está sob investigação, a sua diretoria alega que essa situação foi criada pela gestão anterior, a gestão anterior diz não ter percebido o ocorrido pois nem todos os acionistas da empresa sabiam das fraudes e dos financiamentos inadequados com contabilização errada. Assim a empresa vai se defendendo judicialmente e quem perde é o país, pois a empresa conseguiu recuperação judicial para seguir com suas operações normais. Atualmente ela negocia uma forma de substituir o acordo anterior de outra forma pois não poderiam ofertar mais empregos uma vez que expandiram os negócios online e não presenciais e o atendimento online não requer maior número de mão de obra.

Sugestão: Vídeo que pode ser usado como suporte para entendimento da questão.

<https://www.youtube.com/watch?v=CLon-YhNScM&t=7s>

Gabarito

Questão 1:	Essa audiência pública deve proporcionar: 1- Análise e coleta de informações sobre o tema. 2- O desenvolvimento de argumentação dos estudantes; 3- Trabalho em grupo, organização de ideias e resolução de problemas; 4- Desenvolvimento da expressão verbal dos estudantes; 5- O entendimento dos conteúdos importantes da disciplina que desenvolvam a habilidade MS.EM13CHS202. 6- Reflexão sobre a renúncia fiscal, economia e a corrupção é a parte mais importante para os estudantes terem isso como uma formação cidadã de que não se deve permitir lesar os cofres públicos pois as consequências toda a sociedade sofre. 7- Reflexão sem profundidade jurídica uma vez que não se trata de um curso de direito, não sendo necessário seguir a legislação aqui, pois é apenas uma reflexão, porém, se os estudantes trouxerem a informação jurídica enriquecerá o debate.
------------	---